

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL: OS DESAFÍOS PARA O CURRÍCULO DE HISTÓRIA NO ENSINO BÁSICO BRASILEIRO

Dougllas Pierre J. da S. Lopes¹

RESUMO: Como educador/pesquisador em História da corrente historiográfica mais conhecida como Nova História Cultural, tenho observado que os estudos sobre cultura e diversidade cultural estão cada vez mais em evidência nos trabalhos acadêmicos no Brasil, especificamente, se utilizando das práticas e representações sociais apontadas por Roger Chartier (1988). Há toda uma preocupação no campo educacional brasileiro, intensificada com a Lei 11.645/08, que insere nos estabelecimentos de ensino público e privado, a História e cultura afro-brasileira e indígena como obrigatória, nos currículos da educação básica no Brasil, ficando claro, ainda, que, isso deve ocorrer principalmente nas áreas de educação artística, literatura e história. O presente texto tem a intenção de debater a viabilidade desta lei, nos currículos da educação brasileira, detectando os problemas e os desafios para que ela possa realmente tornar-se viável nas salas de aula, respeitando a pluralidade cultural de nosso país.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo, Lei 11.645/08, cultura.

EDUCATION AND CULTURAL DIVERSITY: THE CHALLENGES OF THE HISTORY CURRICULUM IN BRAZILIAN BASIC EDUCATION

ABSTRACT: As a History educator/researcher working with the historiographic approach known as New Cultural History, I have observed that studies about culture and cultural diversity are more and more common in academic production in Brazil, particularly those ones which make use of social representations and practices suggested by Roger Chartier (1988). There is a lot of concern in the Brazilian educational area, intensified with Law 11645/08, over the insertion of Afro-Brazilian and Indigenous History and culture as a compulsory theme in the basic education curricula in Brazil, both in public and private schools. The themes should appear mainly in the subjects Arts, Literature and History. The present text intends to discuss the viability of that law in Brazilian education curricula, highlighting the problems and challenges to be overcome so that the law may become viable in the classrooms, respecting the cultural plurality of our country.

KEYWORDS: Curriculum, Law 11.645/08, Culture.

¹ Graduado em História pela UEPB e Especialista em História da Paraíba pela Unavida.

Muitos antropólogos, historiadores e cientistas sociais, a exemplo de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Fernando de Azevedo e, mais recentemente, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Roberto da Matta, Alfredo Bosi e Renato Ortiz, já se preocuparam em definir e compreender a cultura brasileira em suas múltiplas dimensões. Todos, a par de suas diferentes posições político-ideológicas, são unânimes em concordar que a característica marcante de nossa cultura é a riqueza de sua diversidade, resultado de nosso processo histórico-social e das dimensões continentais de nossa territorialidade. (OLIVA, 2003 p.424).

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa, sobre currículo, educação, História e História Local, realizado para a elaboração do texto de conclusão do curso de Especialização em História do Brasil e da Paraíba. Portanto, nesse texto, nosso recorte se restringirá, prioritariamente, nas dificuldades de implementação da lei 11.645/08 e dos estudos de diversidade cultural, a partir do currículo de História, aplicado na educação brasileira.

A lei 10.639 do ano de 2003 foi inegavelmente um marco nas discussões de currículo de diversidade cultural no Brasil e como pesquisador em História esse tema logo me chamou a atenção, pois a inclusão da História africana e de sua cultura em sala de aula passou a ser não, apenas, uma vontade de alguns docentes, mas sim projeto sancionado pelo Governo Federal, não há o que se discutir se, se deve ou não deve, apenas cumprir o que foi determinado. Mas, tentar inserir as questões postas na lei em debate nos currículos da educação básica. Desde a sua promulgação algumas alterações já foram feitas, entre elas, as de 2008 que fez modificações e ajustes no texto de lei, passando a ser válido o texto 11.645/08.

Antes de entrarmos na discussão propriamente dita, vale ressaltar que, a lei 11.645/08 é uma modificação não apenas do texto 10.639/03, e, sim da lei 9.394/96, que determina a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, nos currículos do ensino básico das escolas brasileiras.

O presente texto tem como intenção debater os problemas e desafios para que se possa realmente tornar viável a apresentação e o trabalho desses temas em sala de aula. Não de forma fragmentada que se assemelha a uma colagem dentro de algo que já existe, mas, tentar realmente construir um currículo da disciplina de História nas escolas brasileiras que respeitem a ampla diversidade cultural de nosso país.

Para isso vamos primeiramente tomar conhecimento do conteúdo da lei sancionada em março de 2008, abaixo segue literalmente o primeiro artigo do texto, com os dois primeiros parágrafos.

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena

brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira.” (NR). (BRASIL. 2008)

Como podemos ver, nos textos acima, não há dúvida, de que nos estabelecimentos de ensino públicos ou privados a História e cultura afro-brasileira e indígena deve ser trabalhada, abrangendo variados aspectos. O segundo parágrafo deixa claro que isso deve ocorrer principalmente em todo o currículo, mais especificamente, nas áreas de educação artística, literatura e história.

Como historiador neste texto parto de problematizações que me vieram à cabeça: O currículo de história das escolas esta preparado para inserir essas novas abordagens? O Profissional de História tem qualificação suficiente para exercer esse desafio com qualidade? Como o currículo de História poderia estruturado para que a diversidade cultural seja contemplada?

Fazendo alguns levantamentos bibliográficos encontrei facilmente dezenas de textos abordando o fracasso da lei em sua aplicação prática, e, o próprio governo federal preocupado com essa situação intensificou com rapidez nas escolas, em 2009, um projeto de implementação de conteúdos programáticos a serem observados no desenvolvimento dos componentes curriculares a que se vinculam, para que a lei ultrapasse a mera formalidade legal, ou seja, não fique apenas no papel.

Penso que posso de alguma forma contribuir para a implementação de conteúdos de diversidade cultural nas escolas brasileiras tanto por ser educador e pesquisador de história comprometido com a diversidade cultural, presente de forma intensa, no Brasil, como considerando três indagações como objeto de estudo e debates : a) contribuir para a ampliação das discussões sobre o tema, principalmente, no que diz respeito a História, enquanto um campo amplo de saber; b) Utilizar a experiência adquirida na formação acadêmica inicial, colocando-a em pratica de sala de aula através de observações e de um pequeno diagnostico da situação da História e desses novos desafios inseridos nas propostas curriculares na educação básica; c) socializar através de seminários, debates e situações reais de ensino na sala de aula o teor da lei na comunidade acadêmica, a fim de que, ela, possa se informar do que trata a lei. Só, assim, terá elementos para enriquecer as discussões e análises dos diferentes espaços tanto da educação básica como do ensino superior.

O Profissional de História tem qualificação suficiente para exercer esse desafio com qualidade?

È inegável que a formação de um profissional não diz respeito apenas a estrutura física de sua universidade e as oportunidades oferecidas por ela através da sua organização curricular. Claro que esses fatores são importantes e marcam todo o percurso de qualquer profissional. Mas, outros fatores subjetivos somam-se a esses, como o empenho pessoal, a curiosidade investigativa e a vontade de aprender e levar o melhor para seu ambiente de trabalho. Observo ainda que problemas básicos relacionados a formação inicial dos professores nas universidades se constituem um fator de extrema importância. Portanto, devem ser considerados durante todo o processo de desenvolvimento da carreira docente.

Os fatores explicitadas no § anterior nos conduzem a uma série de reflexões sobre o currículo de História das universidades brasileiras, sobretudo, por manter caráter europeu,

originado da forte influência da historiografia francesa, inglesa e alemã na tessitura organização do currículo. Apesar de, nos últimos anos, ter sido repensada, ainda, tem fortes resquícios norteadores dos componentes curriculares das diferentes áreas de estudo no Brasil, em particular, da História. Essa afirmação é confirmada nas análises de Flores (2006, pg.73) ao ressaltar que: “*Assim, não me resta a alternativa a não ser sustentar a tese de que, excetuando os estudos sobre a escravidão, a África e o africanismo são minimamente considerados por nossa tradição historiográfica, tanto a acadêmica quanto a didática. Não obstante, as condições jurídicas e um currículo renovado podem ser os esteios para a superação dessa questão visceral*”.

Portanto, se, a estrutura base dos componentes curriculares ainda é construída no a partir do modelo tradicional de recorte temporal, representado pela compartimentalização de: Pré-história, Antiga, Média, Moderna e Contemporânea.² Indagamos o que se pode esperar de um componente curricular que vem delimitado a partir de eventos e de paradigmas europeus? Se, a própria História do Brasil desenvolvida nos currículos das universidades se originam desse contexto eurocêntrico, sem dúvida nenhuma, o estudo da História da África e indígena são intensamente afetados. A trajetória curricular do ensino da história tem que ter, a meu ver, um caminho duplo, onde as culturas de fora e de dentro e vice-versa tem que ser valorizadas e deslocadas. Só, assim poderemos estabelecer diálogos mais férteis com nossos alunos e alunas, com a finalidade de que as impressões culturais sejam abstraídas de paradigmas culturais diferentes das etnias em estudo.

Os currículos construídos a partir dos critérios influenciados por contexto eurocêntrico, ou seja, considerando uma linearidade histórica, as demais culturas passam a ser estigmatizadas por preconceitos que as marginalizam. Romper com esse tipo de estrutura curricular seria, ao meu ver, um avanço nas questões vinculadas aos estudos acadêmicos em História. Pois, estudar as sociedades a partir delas mesmas, conhecendo suas especificidades, culturas é distanciar-se de estudos hierárquicos de forma linear, para uma experiência de tessitura curricular tecida através de teias de experiências que são desenvolvidas na ambiência universitária. Isso significa construir currículos de história ou de qualquer outro componente curricular entrelaçado com a práxis. Com isso visibilizaríamos a não fragmentação da teoria e prática. Mas, a junção do tripé teoria-prática-pesquisa, ou seja, ensino, pesquisa e extensão realizados nos espaços das salas de aula.

Essas inovações estão chegando, gradativamente, mas, “... *Apesar da renovação teórico-metodológica da História nos últimos anos, o conteúdo programático dessa disciplina na escola fundamental tem primado por uma visão monocultural e eurocêntrica de nosso passado. Inicia-se o estudo da chamada “História do Brasil” a partir da chegada dos portugueses, ignorando-se a presença indígena anterior ao processo de conquista e colonização. Exalta-se o papel do colonizador português como desbravador e único responsável pela ocupação de nosso território. Oculta-se, no entanto, o genocídio e etnocídio praticados contra as populações indígenas no Brasil: eram cerca de 5 milhões à época do chamado “descobrimento”.* (FERNANDES, 2005 p. 380).

Mas, antes de tratar de qualquer metodologia, evidenciando como elas estão sendo dadas desenvolvidas queremos frisar que o componente curricular História da África, História dos Índios Brasileiros, ainda são raríssimos nas academias, e, quando estão incorporados, quase sempre são tratados como componente curricular menor importância e prestígio. Essas afirmações são minhas baseadas na própria experiência que estou acabando de investigar no meu trabalho de especialização sobre currículo, História e História Local.

² Quadro mostrando a divisão temporal utilizada pelos currículos de história que possuem uma forte base no pensamento europeu. O tempo é tratado de forma progressiva, linear, a partir dos paradigmas europeus.

Retomando nosso percurso histórico-acadêmico na Universidade Estadual da Paraíba durante os quatro anos que fui aluno do curso de graduação, no período 2004.1 até 2008.1, ou seja, mesmo promulgada a lei 10.639/03, a história da cultura indígena e africana, simplesmente, ficou no esquecimento, os índios não apareceram, o Brasil foi contado e estudado a partir dos portugueses. O que, culturalmente, existia antes no território brasileiro é algo ignorado nos currículos do curso de História dessa universidade e, sem dúvida, de muitas outras por esse Brasil afora.

Referindo-nos à história da África constatamos que a UEPB é uma das poucas universidades que possui a disciplina História da África em seu currículo de graduação regular. Logo no primeiro ano do curso, esse componente curricular aparece como disciplina semestral. O que poderia ter sido um ponto positivo se torna algo apenas “alegórico”, acho que essa é a melhor palavra que posso utilizar para descrever a História da África que vi em salas de aula da minha formação inicial nessa universidade. Esse componente curricular começou com mais de um mês de atraso, pois não havia professor qualificado para ministrá-lo. História da África era algo que estava legalmente inserida no currículo do curso de História, mas sua operacionalização na prática era inviável.

Após um mês do início das aulas, um professor foi escalado para a árdua tarefa de iniciar os trabalhos. O que foi realizado não necessita de detalhes, para saber como foi sendo trabalhado o componente curricular. Não tinha outra forma de ser. O professor parecia não ter o conhecimento específico na área de Cultura Africana. A biblioteca não possuía um só livro sobre o assunto. Em resumo, esse componente curricular foi cursado apenas no histórico escolar, assim como acontece em muitos espaços acadêmicos, pois na prática foi inviável trabalhar utilizando o imediatismo, sem dar tempo a transição e qualificação dos docentes em formação inicial e continuada.

Hoje, na UEPB, constata-se que há inovações educacionais, sobretudo com a criação do NEAB, que estuda e produz eventos sobre cultura africana e indígena. No entanto, fica restrito a mãos de poucos, que enfrentam inúmeros desafios para obter o mínimo de estrutura burocrática institucional no espaço da UEPB para trabalhar. Essa situação não é apenas pontual, acontece em muitas universidades espalhadas por todo Brasil. Por isso, nossa preocupação de desocultar alguns problemas que inviabilizam a formação inicial e continuada dos profissionais de História. Ainda, tentar socializar o problema da História no âmbito da educação básica, a fim de que a comunidade acadêmica e os demais sujeitos percebam que esse não é um fato isolado, mas, atinge todo o processo de formação superior da maioria dos professores licenciados que atuam ou vão atuar nas escolas de educação básica formados na maioria das universidades brasileiras.

O currículo de história das escolas básicas está preparado para inserir essas novas abordagens?

Assim como nas universidades o currículo de História nas escolas de educação básica é baseado em uma tradição e visão de mundo eurocêntrica. Isso, nas escolas de educação básica torna-se um problema com dimensões mais e nocivas, pois o currículo na sua estrutura organizacional não é debatido em muitas salas de aula. Ainda prevalece aquela idéia de que currículo escolar é algo que vem pronto para ser reproduzido pelo professor. Partindo dessa afirmativa indago: como ficam as culturas trazidas de outros espaços sociais para a escola básica? Elas, conscientes ou inconscientemente alteram o processo conhecido como reprodução, constantemente passam por um processo de re(produção).

Nesse sentido, embora o norte explicitado pelo PCNs dê uma interpretação mais cultural e flexível do currículo escolar no desenvolvimento do trabalho do docente em sala de aula, parece que esse norte vem sendo redirecionado, sobretudo, nos currículos de História

por estarem vinculados a uma história positivista socializada através dos livros didáticos trabalhados em sala de aula.

Por outro lado, a estrutura da História que vai da Pré-História a História Moderna é o norteador da vida escolar do componente curricular do ensino do componente curricular história em todo ensino básico, com isso ocorre o fato que foi levantado no início do texto, a África os índios e sua cultura entram em sala de aula como apêndices, retalhos que precisam ser costurados dentro de um paradigma que não é seu, Zumbi aparece por ser símbolo de uma luta contra uma escravidão portuguesa, os índios aparecem relacionados aos seus colonizadores, o estudo da música, hábitos, vestimentas entre outras coisas é encarado como algo que é externo aos alunos, a idéia que se tem é que estar se estudando a “História do outro”, fato que pode parecer estranho, considerando que boa parte da população brasileira é descendente de negros e índios. Há possibilidades de mudanças? Sim, mas, por enquanto as políticas de currículo tentam reconstruir os estudos brasileiros de descendência de uma tradição européia.

Observando a estrutura básica dos livros didáticos podemos perceber a base formadora da disciplina História. Baseado no livro História Geral e Brasil do Historiador José Geraldo Vince de Moraes, que é produzido para contemplar o currículo de ensino médio fazemos uma análise da estrutura básica do livro. Nela, podemos perceber as seguintes questões: O livro é dividido em 11 unidades, Pré – História, Primeiras Civilizações, O Nascimento da Civilização Ocidental, A Época Medieval, Idade Moderna, Colonização da América, Tempo de Revoluções, A Era Industrial, O Mundo em Conflito, O Período da Guerra Fria e a Virada do Século XX. Todos esses temas se subdividem em 70 capítulos no total. Detalhando estas análises encontramos desse total de 70 capítulos apenas 2 que tocam de forma superficial nas questões indígenas e africanas. No capítulo 20- A Sociedade Colonial e no Capítulo 67-A África no fim do século XX.

O capítulo 20-A Sociedade Colonial- inicia-se mostrando as origens da sociedade brasileira, atribuindo-a como fruto da miscigenação entre, europeus, negros e índios. A introdução desse capítulo segue, claramente, o pensamento de História contido nos Parâmetros Curriculares Nacional de História, “ Mais do que as contribuições originais de cada etnia, a sociedade brasileira surgiu como produto desse caldeamento cultural, que se concretizou de maneira diferenciada nas várias regiões do país”. (MORAES,2003, pg.????). nesse capítulo detectamos um problema de grande relevância ‘ os indígenas não aparecem, e os europeus e africanos são figuras que são resumidas apenas em colonizador e colonizados. Nas próximas quatro páginas no tópico sobre a Sociedade Colonial, as especificidades culturais étnicas praticamente não aparecem.

No Capítulo 67-A África No Fim do Século XX, são destinadas três páginas para analisar todo o continente africano, novamente o termo cultura é subtraído, apenas podemos ler um panorama geral da política e economia. Isso, finaliza toda discussão sobre África e Índios, lembrando que é um livro para se trabalhar nos três anos do ensino médio da escola básica. É evidente que o livro didático não é o único instrumento de trabalho de um professor em sala de aula, porém não se pode esquecer que por se tratar de ensino médio a abertura a inclusão de novos temas é muito reduzido, por conta dos alunos estarem fixando a atenção principalmente no ENEM e vestibular, impedindo com isso um trabalho voltado as individualidades culturais dentro dessa estrutura tradicional de currículo.

Os problemas não atingem claro apenas a questão dessas duas etnias, mas sim a diversidade cultural brasileira como um todo, o currículo de historia das escolas brasileiras não levam em consideração as particularidades regionais, de gênero e etnia, principalmente por ter como eixo norteador a questão de formar uma identidade nacional. Algo que vem sendo trabalhado desde a formação do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), ainda na

época do Brasil Império. Mesmo tendo avançado em muitos aspectos durante os últimos vinte anos, fica claro que Lei por sim só não resolve os problemas da exclusão de culturas. Elas, são importantes, mas só se vierem acompanhadas de planos de implementação e, principalmente, de reestruturação da educação básica e do ensino superior no Brasil.

Como o currículo de História poderia estruturado para à diversidade cultural?

Para finalizarmos nossa reflexão sugiro como possibilidade tentarmos observar um modelo de currículo integrado que estabeleça nexos entre ensino superior e a educação básica, respeitando as individualidades e objetivos de cada esfera de ensino, pensando ao mesmo tempo em acrescentar as singularidades de cada contexto cultural. Nessa proposta as sociedades contemporâneas são estudadas de forma mais ampla, com mais dimensões: econômicas, sociais, religiosas e culturais, procurando sair da linearidade histórica, e considerando que os recortes temporais não ficam assim presos a períodos fixos, como se toda a humanidade passasse pelas mesmas transformações, em todas as partes do mundo, fato que definitivamente não contempla os estudos de História. Traçamos abaixo uma possibilidade para se pensar uma nova base para a formação do currículo de História que contemplem diversos paradigmas, o que facilitaria o acesso da diversidade cultural em sala de aula: África e Cultura Africana, Ásia e Cultura Asiática, Europa e Cultura Européia, Américas e Cultura Americana e Brasil, Cultura e e Sociedade.

Dentro de cada aspecto destacado a ser estudado podem ser perpassados podem temas como: sexualidade, gênero, Política, Economia, Guerras, Comida, Musica e diversas temáticas importantes nos espaços sociais, por exemplo, pode-se estudar a mulher na cultura indígena, europeia, asiática e americana, através de inter-relações sem precisar se preocupar com fatores engessados como Idade Média e Pré – História. Essa proposta consiste de intercalar capítulos específicos e também outros que façam articulações entre os temas. Não se trata de uma história temática, extremamente compartimentada, sem vínculos com a História Geral, Local e Regional. Mas, que procure não ser um currículo que impeça novas abordagens temáticas, se preocupe com a formação de pessoas e não se destine, apenas, a decorar fatos e dados políticos e econômicos.

O presente texto teve como objetivo contribuir para as discussões que existem no campo acadêmico e social (objetos incondicionalmente associados), os três questionamentos acima apresentados dizem respeito (na ordem em que foram apresentados) a formação acadêmica, prática em sala de aula e proposta curricular, três pilares em que qualquer assunto relacionado à educação precisa estar presente.

A lei 11.645/08 que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História da África e indígena em sala de aula no ensino básico tem sua importância, principalmente, no que diz respeito ao debate da diversidade cultural nas escolas básicas, a formação de uma cidadania e cultura, onde todos possam se reconhecer nos objetos estudados em sala de aula, durante a vida escolar; Mais uma vez enfatizo que por si só a lei não resolve os problemas estruturais da educação brasileira. Ela, feita sem critérios de aplicação prática. A História das culturas excluídas dos livros durante toda trajetória de ensino brasileiro, entrou como apêndice, um retalho dentro do engessado currículo de História escolar. Entendemos que:

Precisamos, pois, propiciar, por meio do ensino em todos os níveis, o conhecimento de nossa diversidade cultural e pluralidade étnica, bem como a necessária informação sobre os bens culturais de nosso rico e multifacetado patrimônio histórico. Só assim estaremos contribuindo para a construção de uma escola plural e cidadã e formando cidadãos brasileiros cômicos de seu papel como sujeitos

históricos e como agentes de transformação social. (FERNANDES, 2005 p. 386).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei N° 11.645 de 10 de Março de 2008. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília- DF.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

DUBY, Georges. A História Continua. Jorge Zahar ED, 1993.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. Cad. CEDES [online]. 2005, vol.25, n.67, pp. 378-388. ISSN 0101-3262.

FLORES, Elio Chaves. Currículo e Diversidade Cultural : África e Africanismo em História. In : MOURA, Arlete Pereira / da COSTA, Maria Zuleide (orgs). Políticas Educacionais e (RE) Significações do Currículo. Ed Alínea, São Paulo, 2006.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História Geral e Brasil. Volume Único Ed Atual, São Paulo, 2003.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Estudos AfroÁsiáticos: A História da África nos Bancos Escolares. Representações e imprecisões na Literatura Didática. Vol 3. Rio de Janeiro 2003.